

INDICAÇÃO nº /2024

EMENTA

Indicação ao Governo do Estado da Bahia para **SOLICITAR A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “USINAS DE PAZ”**, garantindo a construção de espaços voltados à cidadania, qualificação profissional e convivência comunitária, com disponibilização de atividades artísticas e desportivas; salas de audiovisual e inclusão digital; atendimento médico e odontológico; consultoria jurídica; emissão de documentos; capacitação técnica e profissionalizante, além de espaço multiuso para feiras, eventos e encontros da comunidade.

JUSTIFICATIVA

Conforme dados divulgados pelo 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado no último mês de Julho, a Bahia possui 11 (onze) cidades entre as 20 (vinte) mais violentas do país, quando analisados o número de ocorrência de crimes com resultado morte (homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte).

O estudo levou em consideração somente as cidades com população superior acima de 100 mil habitantes e comprovou a disseminação da criminalidade violenta por toda a Bahia que – pelo quinto ano consecutivo – atingiu a marca de Estado mais violento do Brasil, tendo registrado quase 5 mil mortes violentas intencionais (4.848 assassinatos) em 2023, fora as mortes decorrentes de letalidade policial (1699 autos de resistência).

Sabe-se que, conforme se encontra estabelecido no artigo 146 da Constituição do Estado da Bahia, “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” Sendo assim, faz-se necessário que o Estado atue para assegurar o direito dos baianos à segurança pública, sobretudo buscando proteger nosso bem mais precioso: a vida.

Neste sentido, faz-se necessário investir em policiamento ostensivo, no aparelhamento dos serviços de inteligência policial e em novas tecnologias de combate ao crime organizado, que migrou do sul-sudeste para o norte-nordeste na última década, bem como é imprescindível investir em ações sociais e afirmativas, que protejam a população mais vulnerável do aliciamento pelas facções criminosas.

Neste sentido, o Estado do Pará – que tem sete cidades entre as 50 mais violentas do país – tem executado junto com a iniciativa privada uma política pública exitosa para a redução da criminalidade: **a construção das Usinas de Paz.**

As Usinas de Paz são espaços públicos voltados à promoção da cidadania, qualificação profissional e convivência comunitária, tendo foco na prevenção da violência, na inclusão social e no fortalecimento dos vínculos entre o cidadão e a comunidade. Segundo o site do Governo do Estado do Pará:

“As Usinas da Paz são complexos físicos destinados a congregar serviços do Estado oferecidos à comunidade, seja na área da saúde, da educação, dos direitos do consumidor, da cultura, da comunicação, da profissionalização, do empreendedorismo e outros. Ao mesmo tempo, são espaços esportivos para a comunidade, com piscina, quadras esportivas, dojô, oferecendo

atividades que visam à educação de valores, à formação da cidadania plena. Trazem uma presença ainda mais forte e permanente de serviços de acolhimento do Governo do Estado a essas populações”

Vale ressaltar que esses complexos são dotados de grande infraestrutura física e social, com mais de 80 serviços gratuitos, possuindo espaços para atividades esportivas; salas de audiovisual e inclusão digital; atendimento médico e odontológico; consultoria jurídica; emissão de documentos; ações de segurança; capacitação técnica e profissionalizante; espaço multiuso para feiras, eventos e encontros da comunidade. Também há espaços para cursos livres e de dança, teatro, robótica, natação, artes marciais, musicalização e biblioteca.

A sugestão é que o Governo da Bahia possa realizar a construção desses equipamentos, em parceria com a iniciativa privada, nos 11 municípios baianos em que foram registrados os maiores índices de assassinatos, a saber: Salvador, Jequié, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Ilhéus, Luís Eduardo Magalhães e Eunápolis.

No Pará foram construídas 9 (nove) Usinas de Paz, todos custeados integralmente pela iniciativa privada, nomeadamente pelas empresas Vale e Hydro. Inclusive, sugiro que a empresa BYD Auto Brasil – que está recebendo fortes incentivos fiscais do Estado – seja responsável pela construção da Usina de Paz no Município de Camaçari.

Insta salientar a importância e a urgência de proteger nossos jovens e adolescentes da esfera de influência e atuação das organizações criminosas. Essas facções, muitas vezes, valendo-se da desestruturação familiar e da vulnerabilidade socioeconômica investem pesado no aliciamento dos jovens, que acabam se tornando vítimas da criminalidade.

Ademais, é preciso relatar que as principais vítimas de assassinatos são jovens negros, de 15 a 24 anos, o que amplia o cenário de desigualdade sócio-racial em nosso Estado. Além disso, nos últimos anos, a vida das mulheres tem sido cada vez mais ceifada pelos crimes violentos, o que também coloca essa política pública como fundamental para combater a violência de gênero e proteger a vida das mulheres baianas.

Sendo assim, defendo que é papel do Estado investir em ações e políticas sociais afirmativas, como o programa Usinas de Paz, a fim de ofertar novas oportunidades e perspectivas de vida para a população mais vulnerável, sobretudo jovens e mulheres, que poderão contar com um novo espaço para desenvolver seu potencial artístico, aprender uma nova profissão, realizar sua atividade de lazer, fortalecer os laços comunitários, dentre outros.

À luz dos motivos anteriormente expostos, com fulcro no art. 139 do Regimento Interno desta Casa, encaminho à Mesa Diretora desta Assembléia Legislativa, indicação ao Governo do Estado da Bahia para **SOLICITAR A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “USINAS DE PAZ”**, garantindo a construção de espaços voltados à cidadania, qualificação profissional e convivência comunitária, com disponibilização de atividades artísticas e desportivas; salas de audiovisual e inclusão digital; atendimento médico e odontológico; consultoria jurídica; emissão de documentos; capacitação técnica e profissionalizante, além de espaço multiuso para feiras, eventos e encontros da comunidade.

Sala das Sessões, 25 de Novembro de 2024.

KÁTIA OLIVEIRA

Deputada Estadual (20^a Legislatura – 2023-2027)